

Trabalho de Economia

“Comportamento do Balanço de Pagamentos durante o Plano de Metas”.



1290003257

Paulo Van Noije

CEDOC/IE

Relatório final de monografia apresentada
ao Instituto de Economia da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do
Professor Doutor José Pedro Macarini.

1290003257

Trabalho de Economia

Campinas, Julho de 2007.

TCC/UNICAMP

V338c

3257/IE

à minha família

O Comportamento do Balanço de Pagamentos Durante o Plano de Metas

Índice

Agradecimentos.....	i
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1: Conjuntura Internacional.....	03
CAPÍTULO 2: Política Interna.....	09
CAPÍTULO 3: Comparação do BP entre Períodos.....	14
CAPÍTULO 4: Comportamento do Balanço de Pagamentos Durante o Plano de Metas.....	36
Bibliografia.....	41

Introdução

A idéia de estudar o Balanço de Pagamentos (BP) surgiu em 2003, quando o Brasil enfrentava uma série crise dessa conta. O início do governo Lula foi marcado por uma forte desconfiança dos agentes internacionais em relação à postura que o novo governo tomaria. Dessa forma, uma elevada quantia de divisas saiu do país, e o câmbio acabou se desvalorizando muito, chegando ao nível dos 4 R\$ por dólar. Tal acontecimento comprometeu em muito o raio de manobra do governo, que acabou ficando em grande medida refém da situação. Ou seja, o entendimento do comportamento do Balanço de Pagamentos, a partir dos fatores que o influenciam me pareceu um estudo de extrema relevância.

O primeiro passo foi entrar no site do Banco Central, e procurar os dados relativos ao BP (). Três elementos me chamaram a atenção. Primeiramente, os dados são distribuídos de uma forma muito confusa. Como as contas são bastante desagregadas, para um “iniciante” na análise ficava muitas vezes difícil perceber quais contas estavam relacionadas ou não, até porque as divisões são feitas apenas pelo espaçamento, e não de uma forma numérica. O segundo fato foi constatar a diversidade de transações que eram realizadas no período (como exemplo, podemos citar que até 1981, o total de juros era considerado como rendas de outros investimentos. A partir de 1982 foi distribuído em investimento direto, investimento em carteira e outros investimentos). Isso, aliado ao primeiro elemento tornava uma análise do período extremamente complexa. O terceiro fato foi constatar que os dados começavam a partir do ano de 1947, e que nesse período o número de transações era muito menor.

Dessa forma, me pareceu prudente tentar começar a entender melhor o comportamento do Balanço de Pagamentos a partir de anos mais próximos a 1947. A idéia inicial até era começar por esse ano, mas o Plano de Metas surgiu como um projeto mais interessante, devido as fortes transformações pela qual passou o período, com muitas modificações no comportamento das diversas contas.

O segundo passo foi encontrar trabalhos que tratavam do período do Plano de Metas. Dois trabalhos foram mais importantes: o principal foi “Quinze Anos de Política Econômica”, de Carlos Lessa, que trata de praticamente todos os assuntos relacionados ao tema, e foi importante para estruturar mentalmente os principais movimentos realizados; o segundo foi “A Economia da Dependência Imperfeita”, de Francisco de Oliveira, importante na análise da dinâmica de funcionamento do BP do período, e muito útil sobretudo na parte conclusiva.

Dessa forma, é importante frisar que o trabalho pressupõe do leitor uma boa familiaridade com as duas obras, assim como do modo como funcionou o Plano de Metas. Não se recomenda iniciar o estudo do tema por esse trabalho, mas sim uma forma de aprofundamento da discussão.

O método utilizado foi primeiramente fazer um estudo da Conjuntura Internacional do Pós Guerra, sobretudo da maneira como afetava o BP e as condições de obtenção de divisas. Depois, foi feito estudo das políticas internas, novamente com enfoque nas que afetavam o BP. Foi dado destaque para as sucessivas mudanças na política cambial no período, com as diversas Instruções da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), em especial as Instruções 70 e 113, que tiveram suma importância para o Plano de Metas. O próximo passo foi fazer uma análise comparativa do comportamento de cada uma das contas do período entre 1957/60 em relação ao de 1953/56, buscando-se na literatura e em análises dedutivas os possíveis motivos dos movimentos verificados. Por último, buscou-se analisar se houve uma mudança da dinâmica de comportamento do BP no período, sob a luz do trabalho de Francisco de Oliveira.

Vale ressaltar que não se partiu de nenhuma premissa favorável ou contrária ao Plano de Metas. O objetivo é deixar num segundo plano algumas questões políticas e até econômicas, que foram de extrema importância no período, mas que, devido as limitações impostas à um trabalho de Monografia, e na busca de manter um foco maior no BP, optaram por ser propositalmente negligenciadas. Entre elas, podemos citar algumas de maior relevância, como o processo inflacionário no período, que foi, diga-se de passagem, um importante mecanismo de financiamento; as questões políticas internas, e as relações de sustentação que tiveram importância significativa nas medidas tomadas; os movimentos de apoio político internacional buscados, seja nos trabalhos da CMBEU (Comissão Mista Brasil Estados Unidos), que serviram de “inspiração técnica” para as Metas almejadas pelo governo de JK, como a guinada rumo aos europeus, aviados de novos mercados após o processo de reconstrução européia; entre muitos aspectos que poderiam ser incluídos nesse trabalho.

1-) Conjuntura Internacional

Essa parte do trabalho visa mostrar os principais movimentos da Economia Mundial no período do pós Guerra até o Plano de Metas, que interferiram diretamente na economia brasileira. Foi dado destaque para as condições de obtenção de divisas, seja através do saldo comercial, seja pela atração de recursos externos, e os motivos que levaram a essa situação.

Dentro desse contexto, alguns movimentos mereceram mais destaque: a "reconstrução do mundo" no pós guerra com os EUA ocupando a posição de nação hegemônica; a recuperação européia; a criação de novas instituições no pós guerra; o comportamento do comércio Internacional: Guerra da Coréia; e a internacionalização produtiva e o fluxo de capitais.

"Reconstrução do Planeta" e Recuperação Européia.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos assumiriam a responsabilidade de formulação e implementação de uma nova ordem internacional, perdoando dívidas de guerra e evitando outras medidas que pudessem desestabilizar a economia mundial. Havia alguma preocupação com a volta a um regime de paridades fixas, que visava evitar problemas como instabilidades cambiais e conflitos comerciais.

Dentro dessa ordem, ganha destaque o Plano Marshall, que significou elevados investimentos em outros países. Tais transferências só foram possíveis devido ao clima político da época, marcado pelo início das disputas entre as superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética. É justamente nas regiões em que os EUA viam com maior perigo um golpe comunista, que investiram mais dinheiro.

O fato importante a ser observado disso, nesse trabalho, é que **a América Latina não era considerada uma área de risco**, o que acarretou em **baixos níveis de transferências para essa região**. Isso ocorreu porque no imediato pós-guerra, a principal preocupação norte-americana era promover a recuperação européia. A partir de meados dos anos 50, com a reconstrução européia praticamente concluída, a prioridade máxima tornou-se a consolidação do sistema de segurança na Ásia e no Oriente Médio, que eram vistos como áreas críticas em termos da chamada "ameaça soviética". Como resultado, os países em desenvolvimento nessas regiões receberam dos Estados Unidos um volume significativo de auxílio oficial devido exclusivamente à sua importância

geopolítica, enquanto as economias da América Latina e Africanas ficaram em segundo plano. Tal fenômeno fica evidente na Tabela 1.

Tabela 1

<i>Auxílio Oficial Norte-Americano Segundo Regiões (% do Total)</i>			
	1946/48	1949/52	1953/61
Europa	77	73	38,6
Ásia e Oriente Médio	21,2	24,3	50,3
América Latina	1,7	2,5	8,5
África	0,1	0,2	2,6

Fonte: BNDE e o Plano de Metas, 1996

A Tabela 1 evidencia o auxílio oficial norte-americano às diversas regiões no período. Conforme mencionado, até o início dos anos 50 a Europa era a principal prioridade da política externa dos Estados Unidos. Países em desenvolvimento considerados “estratégicos”, no Oriente Médio e na Ásia, receberam aproximadamente a metade do total no restante dos anos 50, com a participação da Europa declinando significativamente no período. Embora as participações da África e da América Latina no total tenham se elevado nos anos 50, os volumes de auxílio oficial destinado a estas regiões eram significativamente inferiores aos fluxos para os chamados países estratégicos.

Se por um lado o Plano Marshall não destinava recursos significativos para os países Latino Americanos, ele foi importante por ter auxiliado na **recuperação européia**, o que no final dos anos 50 gerou uma externalidade positiva em termos de **financiamento para os países latino-americanos**. já que estava implícito naquela recuperação um grande esforço para estimular as exportações para países fora do continente, através da concessão de financiamento aos importadores. Numa conjuntura externa desfavorável, os créditos desses fornecedores tornaram-se de importância extrema para alguns países latino-americanos na geração de divisas para o Balanço de Pagamentos, apesar de apresentarem taxas de juros mais altas e prazos mais curtos de maturação *vis-à-vis* os empréstimos oficiais, o que contribuiu para a deterioração da estrutura da dívida externa de alguns países na região no final dos anos 50.

Novas Instituições

Outro fator muito importante no período, foi a criação de novas instituições para administrar o funcionamento da recuperação do pós guerra, entre elas temos o Fundo Monetário Internacional

(FMI), para tratar de problemas cambiais e de balanço de pagamentos; o Banco Mundial, originalmente criado para prover fundos para a reconstrução de países devastados pela guerra e que mais tarde acrescentaria às suas funções o financiamento ao desenvolvimento ; e o Gatt, estabelecido como uma solução transitória e que acabou se tornando de fato o instrumento final para redução das tarifas, dada a dificuldade de se estabelecer uma Organização Internacional do Comércio no pós guerra.

As regiões que não eram consideradas prioritárias do ponto de vista estratégico dependiam de empréstimos das instituições internacionais, uma vez que praticamente não existia um mercado privado de capitais a nível global durante o pós-guerra. Todavia, seguindo a lógica de pouca atenção aos países latino-americanos, o **montante de empréstimos** autorizados para essa região por aquelas instituições, para financiamento ao desenvolvimento, era **praticamente insignificante**.

Comércio Internacional

O período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o final do Plano de Metas, caracterizou-se por uma expansão muito forte do comércio internacional. Porém, tal movimento concentrou-se assimetricamente nos países industrializados e em produtos manufaturados por eles fabricados. A situação nos mercados de produtos primários era caracterizada por um razoável excesso de oferta, muito disso decorrente da reconstrução econômica da Europa, que tinha como uma de suas metas a auto-suficiência no setor agrícola, o que gerou uma grande expansão da produção no período estimulada por toda sorte de barreiras tarifárias e não-tarifárias. Tudo isso levou à uma queda contínua dos preços agrícolas até o início dos anos 60.

De fato, este era um objetivo explícito destes países que seria consolidado através da chamada Política Agrícola Comum, implementada após a criação do Mercado Comum, com o intuito de estabilizar os mercados destes produtos, aumentar a produtividade no setor e proteger a renda da população agrícola. Estas metas não eram uma peculiaridade da política agrícola dos países europeus, mas dos países industrializados em geral.

Ademais, o sistema de Áreas Preferenciais de Comércio fazia com que estes mecanismos protecionistas incidisse de forma bastante assimétrica sobre os países em desenvolvimento. O Mercado Comum Europeu estava aberto aos territórios associados da França e da Bélgica na África, tendo inclusive estabelecido uma tarifa externa comum sobre produtos tropicais como forma de favorecer as exportações destes países associados. Similarmente, os países do *Commonwealth*

tinham livre acesso ao mercado britânico. Ficavam excluídos desses esquemas preferenciais os demais países em desenvolvimento, em particular os da América Latina.

No que tange a produtos manufaturados, a situação não era muito distinta. A liberalização promovida pelo Gatt nos anos 40 e 50 restringiu-se, em boa medida, ao comércio intrapaises industrializados. De fato, não seria exagero dizer que o papel do Gatt, nos anos 50, limitou-se a forçar os países europeus a cumprir um cronograma de substituição de restrições quantitativas por tarifas, o que em muitos casos resultou num aumento do nível de proteção efetiva.

Pode se identificar um padrão muito claro nos países industrializados, a saber, quanto mais intensivo em capital e tecnologia fosse o processo produtivo, menor o nível de proteção que era imposto. Em processos produtivos intensivos no fator trabalho, onde alguns países em desenvolvimento tinham óbvias vantagens comparativas devido ao baixo custo de mão-de-obra e disponibilidade de insumos baratos, o nível de proteção efetiva era bastante elevado.

Dentro desse processo de aumento do comércio internacional, em que se criaram barreiras aos produtos primários e facilidades aos produtos manufaturados, fica evidente um cenário de dificuldades de se obter divisas através de um esforço exportador.

Guerra da Coréia.

No início dos anos 50, ocorre um receio de generalização da Guerra da Coréia em uma nova Guerra Mundial. Isso gera uma lembrança das dificuldades de abastecimento de produtos importados em conflitos mundiais, fazendo com que ocorresse um relaxamento na política de concessão das licenças para importar (esse não foi o único fator, ver Besserman). Dessa forma, temos um forte movimento de importações nos anos de 1951 e 52.

IED e internacionalização produtiva

Devido a sua posição insignificante na Guerra Fria, os Estados Unidos recomendavam que os países Latino Americanos melhorassem o clima para investimentos privados, principalmente via controle da inflação, mas também com uma política de atração das empresas multinacionais, com uma política macroeconômica confiável e sem controlar os fluxos de lucros dos investidores estrangeiros.

E realmente, na década de 50 pode-se observar um processo de transnacionalização da produção, uma vez que as companhias multinacionais, visando evitar as barreiras tarifárias dos países Latino Americanos, acabaram comprando ou estabelecendo empresas nesses países. Dessa forma, como pode-se observar na Tabela abaixo, os fluxos financeiros para a América Latina assumiram principalmente forma de investimento privado direto.

Tabela 2

Movimento de capital dos EUA em 1946-61, total e para América Latina (bilhões de U\$)						
	1946-8		1945-55		1956-61	
	América Latina	Total	América Latina	Total	América Latina	Total
Capital EUA (líquido)	-0,38	-3,52	-0,33	-1,3	-0,99	-4,12
Privado	-0,32	-0,77	-0,24	-1,04	-0,69	-3,3
Governo	-0,06	-2,75	-0,09	-0,26	-0,3	-0,82

Fonte: Sunkel & Griffith-Jones, 1990

Conclusão

Com acesso extremamente restrito aos fluxos internacionais de capitais, em sua vasta maioria oficiais e sujeitos às ditas prioridades geopolíticas, e possibilidades bastante limitadas de obter divisas através de um esforço exportador, restavam poucas alternativas à América Latina para aliviar a chamada “restrição de divisas”.

Os países em desenvolvimento ficaram, de maneira geral, à margem do grande esforço de reconstrução internacional e tiveram dificuldades em se adaptar ao regime de paridades fixas, sendo constantemente forçados a desvalorizar suas moedas, devido a recorrentes crises cambiais; como resultado, sistemas de taxas múltiplas de câmbio eram bastante familiares aos que viviam abaixo dos trópicos.

Além disso, a evolução do comércio internacional no período deu-se com um nível de proteção bastante elevado nos países industrializados, em particular sobre os produtos exportáveis dos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, estratégia de desenvolvimento seguida por alguns países latinoamericanos no chamado pós-guerra deve ser entendida muito menos como uma opção de política econômica do que como uma resposta a uma conjuntura internacional francamente adversa. Estando as prioridades geopolíticas norte-americanas concentradas em outras partes do mundo e com os mercados internacionais razoavelmente fechados, particularmente no que tange a produtos em que os países

em desenvolvimento tinham nítidas vantagens comparativas, restavam a estes poucas alternativas senão aprofundar o processo de industrialização via substituição de importações. Da mesma forma, o protecionismo no qual tal modelo se alicerçava resultou, em boa medida, da escassez de recursos externos, que levou estes países a priorizar a importação de equipamentos e bens de capital que não eram produzidos domesticamente.

2-) Política Interna.

Política Cambial

O primeiro governo no pós guerra foi de Dutra, e caracterizou-se inicialmente pela defesa do liberalismo cambial e alfandegário e por uma menor intervenção do Estado na economia. Os déficits na balança comercial levaram o governo a rever essa política ainda em 1947. Porém, decidiu-se que não se adotaria uma simples desvalorização cambial. Isso porque tal medida, na opinião da equipe econômica: poderia gerar uma pressão inflacionária; dificilmente reduziria o dispêndio total em produtos importados, devido a inelasticidade relativa a preços de importação, além de não assegurar uma seletividade dessas importações; e um câmbio sobrevalorizado sustentaria os preços internacionais do café, já que a demanda estrangeira pelo café seria relativamente inelástica (ainda trataremos da Política de Valorização do Café).

Criou-se então o sistema de licença prévia, o que significou que as divisas para importar só eram liberadas de acordo com as prioridades do governo e após exame, caso a caso, dos pedidos de importação. Existe indícios de que esse sistema, em 1949, acaba se constituindo em um instrumento de proteção industrial, mediante a promoção da substituição de importações. Tal sistema foi, em síntese, a política praticada por Vargas até 1952, quando o desequilíbrio no balanço de pagamentos se agravou.

No início de 1953, o governo tentava negociar um acordo com o governo norteamericano que lhe permitisse uma melhor posição frente aos atrasados comerciais. Essa crise cambial, fez com que o governo promulgasse a **Lei 1807**, conhecida como a **Lei do mercado Livre**, com o intuito de estimular o ingresso de capitais estrangeiros, lhes concedendo ampla liberdade de movimento , além de reconhecer plenamente o direito de reinvestimento. Além disso, os capitais de empréstimos tidos como de interesse nacional podiam entrar e ser amortizados até 8% ao ano pela taxa oficial. Em decorrência, sobreveio uma desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar e, portanto, um encarecimento das importações e uma melhoria para as exportações. Mas essa situação durou pouco.

Em meados de 1953, Horácio Lafer e Ricardo Jafet foram substituídos no Ministério da Fazenda e no Banco do Brasil, respectivamente, por Oswaldo Aranha e Marcos de Sousa Dantas. Juntos, idealizaram a **Instrução 70 da Sumoc**, pela qual se extinguiu o câmbio subvencionado e o

controle quantitativo de importações, e inaugurava-se um sistema de taxas múltiplas. Podemos identificar basicamente 4 tipos diferentes de taxas, sendo que algumas delas ainda contavam com subdivisões. Tínhamos a taxa oficial, a taxa do mercado livre, “uma” taxa de importação (na verdade dividida em 5 categorias) e “uma” taxa de exportação (na verdade 4 categorias).

Tabela 3

<i>Estrutura das taxas de câmbio e relações entre as taxas sob o regime de leilões(1953-57) Cr\$/US\$.</i>						
Categoria / ano	1953	1954	1955	1956	1957	% Total alocado na categoria
Taxa Oficial	18,82	18,82	18,82	18,82	18,82	-
Taxa do mercado livre	43,3	62,18	73,54	73,59	75,7	-
Leilões de Importação						
Categoria 1	31,77	39,55	87,7	83,05	60,76	40%
Categoria 2	38,18	44,63	105,23	111,1	81,56	30%
Categoria 3	44,21	57,72	176	149,99	106,34	20%
Categoria 4	52,19	56,7	223,16	219,58	151,93	8%
Categoria 5	78,9	108,74	303,54	309,28	316,39	2%
Leilões de Exportação						
Categoria 1	-	-	31,5	37,06	38,16	-
Categoria 2	-	-	37,91	40,1	43,06	-
Categoria 3	-	-	43,18	49,88	55	-
Categoria 4	-	-	50,98	59,12	67	-

Fonte: As idéias da Cepal sobre Protecionismo na AL(1949-64). OBS: % do Total alocado na categoria, excetuando o que foi alocado no mercado oficial e livre

A taxa oficial era a mais valorizada de todas, e pode-se considerá-la como fixa, já que era determinada pelo governo e, como pode-se perceber pela tabela, permaneceu constante de 1953 a 57 no valor de 18,82 Cr\$/US\$. Era essa taxa que era utilizada para pagar os exportadores, acrescidos de uma bonificação, que era de Cr\$ 5 por 1 US\$ para o café e de Cr\$ 10 por 1 US\$ para os demais produtos(a média das bonificações pagas aos exportadores ficou conhecida como custo de câmbio). Além disso, ela era usada na importação dos produtos considerados mais importantes, como papel e material de imprensa, livros e objetos destinados a instituições educativas, trigo,

petróleo e derivados, importações do governo, e algumas máquinas e equipamentos, e à ela era acrescido o custo de câmbio.

Já no mercado livre era onde ocorria os movimentos de capitais livremente. É importante salientar que o governo, como política econômica, permitia que determinados agentes negociassem nesse mercado. Por exemplo, para estimular a exportação de produtos menos competitivos no mercado internacional, como os gravosos por exemplo, ele permitia que parte das divisas auferidas fossem vendidas nesse mercado, garantindo uma soma maior de moeda doméstica para esses setores. Outro exemplo é quando permitia que capitais internalizados pelo mercado livre, e considerados de “interesse nacional”, fossem realizados pela taxa oficial acrescida do câmbio de custo.

Nos leilões de câmbio para importadores, haviam cinco categorias, que foram divididas de acordo com um critério de prioridades. Veja Tabela 4.

As categorias preferenciais se davam em ordem crescente, ou seja, a primeira categoria era considerada a mais essencial, e recebia a maior parte de divisas (pela Tabela 40%), garantindo uma cotação mais valorizada e conseqüentemente preços em moeda doméstica menores. Já a última, no caso a quinta, considerada de bens supérfluos, recebia menos divisas (2%), gerando um câmbio mais desvalorizado e o pagamento de um ágio, no caso a diferença entre o valor obtido pela divisa na taxa de câmbio oficial e o valor pago nos leilões, maior.

O importante perceber dessa Instrução é o poder de política econômica que ela conferia ao governo. Primeiramente porque podia, através da distorção dos preços relativos na definição das categorias, incentivar ou não os setores que considerava mais importantes. No caso, acabou propiciando a proteção da indústria doméstica já existente, já que mantendo os bens de produção nas categorias mais baixas, propiciava baixos custos de investimento, e, ao mesmo tempo, garantia a proteção do mercado doméstico encarecendo a importação de produtos concorrentes. Em segundo lugar, conferiu tratamento favorável ao capital estrangeiro. E por último, mas muito importante, permitiu a geração de receita pelo governo (entre 1954 e 1960, chegou a representar 16% da receita fiscal da União, ver Bráulio), já que ao manter para as exportações um câmbio valorizado, e para as importações um relativamente desvalorizado, garantia tomar para si o “lucro” desse sistema, ou seja, a diferença entre o que recebia de ágios e pagava em bonificações.

Tabela 4

<i>Categorias de Importação criadas pela Instrução 70 da Sumoc.</i>				
Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Categoria 4	Categoria 5
Alguns prod alimentares	Prod químicos	couros	frutas	Todos os outros
Material médico	minerais	metais	Castanhas,nozes,etc	
Plantas medicinais	Ferro,cobre,aço,	lã	outros produtos quim	
remédios	gasolina	outros prod químicos	maq p/ ind beb. e cig.	
Prod farmac	borracha sintética	aparelhos com.		
Prod quim	máq p/ util. crvão	ferramentas		
Petroleo bruto	mat. Elétrico	borracha		
carvão	peças ferrovv reposiç.	fornos p/ ind.		
querosene	peças p/ eq. rodoviário	maq. p/ outras ind.		
Oleo refinado	material médico	veículos		
Gasolina p aviao		locomotivas		
Eq. prospecção de petr.		chassis		
fertiliz		papel		
Maq agric		aviões, navios		
Arame farpado		autopeças		
Eq p hidre		motores e geradores		
Eq p aviacao				

Fonte: As idéias da Cepal sobre Protecionismo na AL(1949-64)

Com o fim do governo Vargas, o novo ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, tentou conter o déficit do governo com um novo plano econômico que tinha como uma das medidas mais importantes a **Instrução 113 da Sumoc**. Através desta, ficava a Cacex(Carteira de de Comércio

Exterior do Banco do Brasil) autorizada a emitir licenças de importação sem cobertura cambial para equipamentos considerados essenciais na complementação dos conjuntos já existentes no país. Além disso também ficava autorizado a licenciar a importação de conjuntos de equipamentos financiados no exterior em prazo não inferior a cinco anos. Porém, como não eram comuns o financiamento para a compra de bens de produção com prazos de amortização superiores a 5 anos para empresas de países em subdesenvolvimento, isso acabou beneficiando o capital estrangeiro.

Porém, vale a pena frisar que a importação de equipamentos sem cobertura cambial já era permitida pela legislação anterior, o que se obtinha agora era a diminuição de empecilhos para que isso ocorresse, ou seja, através de maiores facilidades para que isso fosse efetivado acabou por se consolidar um maior fluxo de capitais estrangeiros.

O objetivo dessa nova Instrução era criar condições favoráveis à realização de investimento estrangeiro no país. Embora essa fosse uma medida amplamente criticada pelos setores nacionalistas, foi a política cambial que prevaleceu durante o governo Kubitschek, e como será visto adiante, foi de fundamental importância para o Plano de Metas.

3-) Comparação entre os Períodos (1953-56 e 1957-60) do Balanço de Pagamentos.

Tabela 5

Balanço de pagamentos												
	US\$ milhões											
Discriminação	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
TRANSAÇÕES CORRENTES	93	-494	-725	-12	-236	-35	-23	-300	-265	-345	-518	-263
Balança comercial (FOB)	414	44	-302	395	147	319	407	106	66	72	-24	111
Exportação de bens	1355	1769	1418	1539	1562	1423	1482	1392	1243	1282	1269	1403
Importação de bens	-942	-1725	-1720	-1145	-1415	-1104	-1075	-1285	-1177	-1210	-1293	-1292
Serviços e Rendas	-319	-536	-421	-393	-378	-344	-419	-393	-327	-407	-498	-389
Serviços	-209	-379	-300	-227	-243	-230	-278	-265	-219	-256	-304	-206
Transportes	-121	-245	-220	-130	-149	-133	-119	-115	-102	-87	-78	-77
Empresariais, profissionais e técnicos	0	0	0	-22	-11	-23	-63	-59	-24	-66	-114	-48
Outros	-88	-134	-80	-75	-83	-73	-96	-91	-93	-104	-112	-81
Rendas	-110	-157	-121	-166	-135	-114	-141	-128	-108	-151	-194	-183
Lucros e dividendos	-47	-70	-14	-93	-49	-43	-24	-26	-31	-25	-40	-31
Lucros reinvestidos no Brasil	-36	-67	-85	-38	-40	-36	-50	-35	-18	-34	-39	-39
Renda de outros investimentos (juros)	-27	-20	-22	-34	-48	-35	-67	-67	-58	-91	-115	-114
Transferências unilaterais correntes	-2	-2	-2	-14	-5	-10	-11	-13	-4	-10	4	15
CONTA CAPITAL E FINANCEIRA	-29	56	120	97	22	39	201	290	202	216	97	327
Investimento estrangeiro direto	39	63	94	60	51	79	139	178	128	158	138	147
Empréstimos e financiamentos	28	38	35	44	109	84	231	319	373	439	348	579
Amortização	-85	-27	-33	-46	-134	-140	-187	-242	-324	-377	-417	-327
Outros	-11	-18	24	39	-4	16	18	35	25	-4	28	-72
ERROS E OMISSÕES	-12	147	-10	-69	11	13	16	-170	-190	-25	11	51
RESULTADO DO BALANÇO	52	-291	-615	16	-203	17	194	-180	-253	-154	-410	115

Operações de regularização (líquido)	0	28	-28	486	200	61	-28	37	195	-21	61	260
Atrasados (líquido)	-106	26	541	-563	-46	-8	0	0	0	0	68	-68
Demais (líquido)	24	156	75	21	60	-58	17	-18	28	150	267	-129
Total	-82	210	588	-56	214	-5	-11	19	223	129	396	63

Haveres a curto Prazo(- aumento)	-30	-81	-27	-40	11	12	183	-161	-30	-25	-14	178
-----------------------------------	-----	-----	-----	-----	----	----	-----	------	-----	-----	-----	-----

Fonte: Bacen

Tabela 6

Discriminação	53-56 média	57-60 média	diferença	%
TRANSAÇÕES CORRENTES	-76	-357	-281	368%
Balança comercial (FOB)	317	55	-262	-83%
Exportação de bens	1502	1296	-205	-14%
Importação de bens	-1184	-1241	-57	5%
Serviços e Rendas	-384	-406	-23	6%
Serviços	-244	-261	-17	7%
Transportes	-133	-96	37	-28%
Empresariais, profissionais e técnicos	-30	-66	-36	120%
Outros	-82	-100	-18	22%
Rendas	-139	-145	-6	4%
Lucros e dividendos	-52	-31	22	-42%
Lucros reinvestidos no Brasil	-41	-32	10	-23%
Renda de outros investimentos (juros)	-46	-83	-37	80%
Transferências unilaterais correntes ⁴	-10	-6	4	-43%
CONTA CAPITAL E FINANCEIRA	90	201	112	124%
Investimento estrangeiro direto	82	151	68	83%
Empréstimos e financiamentos	117	370	253	216%
Amortização	-127	-340	-213	168%
Outros	17	21	4	22%
ERROS E OMISSÕES	-7	-94	-86	1158%
RESULTADO DO BALANÇO	6	-249	-255	-4254%

	53-56 média	57-60 média	Diferença	%
Operações de regularização (líquido)	180	68	-112	-62%
Atrasados (líquido)	-154	17	171	-111%
Demais (líquido)	10	107	97	968%
Total	36	192	156	440%

Haveres a curto Prazo	42	-58	-99	-239%
-----------------------	----	-----	-----	-------

Fonte: Tabela 5

Tabela 7

Taxa de variação do PIB e Produção Industrial		
	PIB	Indústria
1950	6,8	5,2
1951	4,9	7,9
1952	7,3	3,7
1953	4,7	10,3
1954	7,8	8,1
1955	8,8	9,8
1956	2,9	8,5
1957	7,7	9,9
1958	10,8	21,5
1959	9,8	16
1960	9,4	7,2
1961	8,6	11,7
Total	236%	310%

Crescimento Total do PIB nos Períodos	
53-56	26%
57-60	43%

Crescimento Total da Produção Industrial nos Períodos	
53-56	42%
57-60	66%

Fonte: A Ordem do Progresso, 1990.

No período de 1957 até 1960, a economia brasileira teve um forte crescimento, de 43%, puxado pela indústria, que teve de 66%. As características desse crescimento, compreendido durante o Plano de Metas, já foram muito estudadas (ver Lessa). Essa análise busca fazer um estudo do comportamento do Balanço de Pagamentos no período.

Primeiramente, em relação à Balança Comercial, parece haver um descolamento em sua evolução em relação ao crescimento do PIB. Não obstante o já citado elevado crescimento deste, as exportações caem 14%, e as importações aumentam em apenas 5. Disso podemos tirar duas conclusões. Primeiramente, o tipo de crescimento não foi baseado numa maior inserção internacional, mas sim na produção para o mercado interno. Em segundo lugar, com um forte crescimento industrial, não acompanhado pelas importações, nos indicam uma redução do coeficiente de importação e uma substituição de importações.

Na balança de serviços e rendas, chama a atenção uma menor remessa de lucros e dividendos. Porém, o fato mais marcante parece ser o significativo aumento de pagamento de juros, que sobem 80%, superando o crescimento do PIB.

Já a conta capital e financeira também parece se descolar do PIB, mas pelo motivo inverso da Balança Comercial, já que o crescimento de seus fluxos muitas vezes supera o do próprio PIB. Os Investimentos Estrangeiros Diretos por exemplo aumentam 83% (Tabela 2). Porém, o aumento mais significativo é o dos empréstimos e financiamentos, que aumentam 216% (Tabela 2). Porém, as amortizações também tem uma significativa elevação, de 168%(Tabela 2). Podemos concluir então, que em termos de fluxos de capital, a economia acaba se internacionalizando no período. É importante frisar que se utilizou essas entradas como uma fonte de investimento.

Exportações

Tabela 8 U\$, Milhões

Discriminação	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Exportação de bens	1355	1769	1418	1539	1582	1423	1482	1392	1243	1282	1269	1403

Fonte: Tabela 5

Tabela 9

Comparação entre anos, milhões de U\$	
Ano	Exportações
56	1482
61	1403
Comparação	-5,3%
Diferença	-79

Fonte: Tabela 8

Tabela 10

Média anual, milhões de U\$	
Ano	Exportações
53-56	1502
57-60	1296
Comparação	-13,7%
Diferença	-205

Fonte: Tabela 8

As exportações no ano de 1961 foram 79 milhões de dólares menores do que em 1956, o que representou 5,3% de decréscimo. Porém, quando comparamos as médias entre os períodos de 1953-

56 com o de 1957-60, percebe-se que essa queda foi muito maior, em torno de 13,7 %, o que representou uma diferença de 205 milhões de dólares anualmente.

Tabela 11

Evolução das exportações de café- 1950/60				
Anos	exportações(mil sacas)	receita (U\$ milhões)	%total das exportações	%consumo mundial
1950	14835	865	63,9	50,9
1951	16358	1059	59,8	51,3
1952	15821	1045	73,7	49,2
1953	15562	1088	70,8	45,1
1954	10918	948	60,7	37,9
1955	13696	844	59,3	40,8
1956	16805	1030	69,5	43,4
1957	14319	846	60,8	40,7
1958	12894	688	55,3	35,6
1959	17723	733	57,2	42
1960	16819	712	56,1	39,6

Fonte: As idéias da Cepal sobre Protecionismo na AL(1949-64

Tabela 12

Médias Anuais de Exportação de Café, milhões U\$		
	exportações(mil sacas)	receita (u\$ milhões)
53/56	14245,25	977,5
57/60	15438,75	744,75
Diferença	1193,5	-232,75
%	8%	-24%

Fonte: Tabela 11

No período, as exportações brasileiras eram compostas em mais de 90% por produtos primários(ver Edson P. Guimarães). Como já foi abordado no trabalho na parte referente a Conjuntura Internacional, ocorreu um aumento de protecionismo em relação a esses produtos. Uma análise incompleta simplesmente atribuiria a esse fator a queda das exportações. Porém, pela Tabela 5, percebe-se que a média anual de mil sacas exportadas aumentou em 8%.

Parece que a chave para entender o comportamento das exportações brasileiras no período passa pela análise da coluna da receita da Tabela 5, por dois motivos. Primeiramente, não obstante esse aumento de 8% na quantidade exportada, houve uma queda de 24% na receita média. Sem prolongar, a resposta para o ocorrido é simples. Queda dos Preços(ver Tabela X, sacas)

Em segundo lugar, a diferença anual de receita das exportações com o café, em relação ao período anterior, é de 233 milhões de dólares. Pela Tabela 3, observa-se que a queda total das exportações anualmente foi da ordem de 205 milhões. Ou seja, podemos atribuir a queda das exportações no período a queda do preço do café. Portanto, busquemos os possíveis motivos para o ocorrido.

Tabela 13

Evolução do mercado produtor						
Produção Exportável(milhões de sacas)						
	1945/46 1950/51	Relativo	1954/55	1959/60	Relativo	Índice de crescimento
Brasil	14,4	50,3%	21,7	48,5%	51%	
Suaves	9,9	34,6%	13,9	31,1%	40%	
Africanos	4,3	15,0%	9,1	20,4%	112%	
Total	28,6	100,0%	44,7	100,0%	56%	

Fonte:

Formação
Econômica,
1977

Tabela 14

Evolução das Exportações de café					
(Milhões de sacas)					
	1946/50	Relativo	1953/57	Relativo	Índice de crescimento
Brasil	16,4	53,8%	14,3	42,9%	-13%
Suaves	9,9	32,5%	12,1	36,3%	22%
Africanos	4,2	13,8%	6,9	20,7%	64%
Total	30,5	100,0%	33,3	100,0%	9%

Fonte: Formação Econômica do Brasil, 1977.

Apesar da comparação entre a Produção e a Exportação se dar entre anos distintos, tornando-a mais pobre inequivocamente, pode-se perceber alguns fenômenos interessantes. Todos os grupos apresentam uma elevada taxa de crescimento da produção. Porém, ao contrário dos outros grupos, o Brasil tem uma queda nas exportações. O que pode parecer paradoxal, na verdade nada mais é do que um reflexo da política de Valorização do café(assunto tratado nas políticas internas).

Sobre o assunto, Delfin Netto e Andrade Pinto escrevem que:

“...existem alguns indicadores seguros de que a resposta ao esforço para evitar um preço de equilíbrio determinado pelas forças de mercado, atuando livremente, tenha sido um exagerado estímulo para a proliferação de novos concorrentes, além de desmesurado incentivo à expansão da cafeicultura no próprio território nacional.

A demanda mundial, por sua vez, passou a apresentar um ritmo de crescimento bem mais atenuado, em face da contínua ascensão dos preços.”

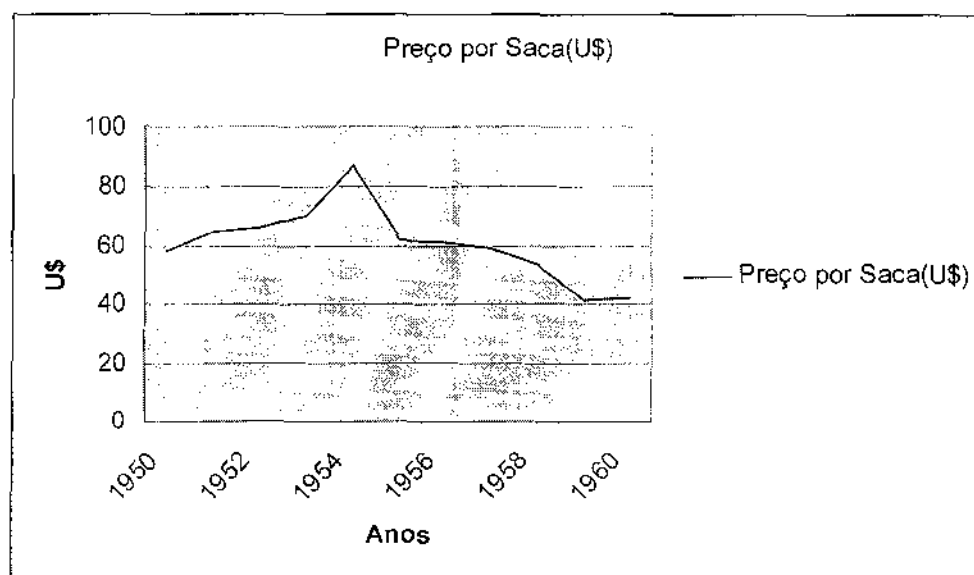
Tabela 15

Receita por saca, U\$	
	exportações/receita
1950	58
1951	64
1952	66
1953	69
1954	86
1955	61
1956	61
1957	59
1958	53
1959	41
1960	42

Fonte: Tabela 12

A política de valorização do café acaba por ter dois efeitos nocivos para a formação de seus preços . Pelo lado da demanda, ao manter preços relativamente elevados, acabam por inibi-la. Pelo lado da oferta, pelo mesmo motivo, por estimulá-la. Dessa forma, como pode ser percebido pelo gráfico 1, a estratégia de valorização do café funcionou até o ano de 1954, quando o preço por saca atinge seu auge de 86 dólares(Tabela 6). Porém, nos anos seguintes, existe uma queda contínua do preço.

Gráfico 1



Fonte: Tabela 15

Na busca por manter um preço do café relativamente alto, com um dos principais objetivos obter receitas cambiais, as autoridades brasileiras não levaram em conta que isso gerava um estímulo muito forte para novos plantios, tanto internamente como externamente, assim como um desestímulo do lado da demanda, sobretudo como uma resposta dos EUA contra essa política, já que fizeram uma campanha de boicote ao produto brasileiro. Isso gerou três fatores. Primeiramente, fez com que o Brasil perdesse relativamente parte do mercado mundial. Em segundo lugar, atingiu-se um estágio com uma oferta superior a demanda mundial. Esses dois fatores conjugados, refletiram numa menor obtenção de divisas através das exportações de café durante o período do Plano de Metas.

Importações

Tabela 16

	Importação de Bens, U\$ milhões											
	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Total	-942	-1725	-1720	-1145	-1415	-1104	-1075	-1285	-1177	-1210	-1293	-1292

Fonte: Tabela Bacen

Tabela 17

Variação entre Anos, U\$	
1956	-1075
1961	-1292
Variação	20,2%

Fonte: Tabela 16

Tabela 18

Variação entre Anos, U\$	
1957	-1285
1961	-1292
Variação	0,5%

Fonte: Tabela 16

Tabela 19

Média Anual, U\$	
1953 até 56	-1184
1957 até 60	-1241
Variação	4,8%
Diferença U\$ milhões	-57

Fonte Tabela 16

Na análise do comportamento das importações, devemos tomar muito cuidado na escolha dos indicadores. Se compararmos o primeiro ano do Plano de Metas, 1956, com o último, 1961, chegamos ao significativo aumento de 20,2% de importações. Porém, se observarmos melhor, chega-se a conclusão de que tal análise é falsa. Isso porque o ano de 1956 é o que apresenta o menor valor no período entre 1951 e 1961, ou seja, a escolha desse ano distorce o resultado.

A escolha do ano seguinte, 1957, quando comparado a 1961, apresenta a variação de apenas 0,5% das importações. Esse resultado parece ser mais condizente com o que ocorreu no período, mas mesmo assim não parece ilustrar o que de fato ocorreu.

A melhor análise parece ser comparar a média do período anterior, o período entre 1953 e 1956, com o de 1957 até 1960. Antes dos resultados, cabe explicar a escolha dos anos. Como já foi explicado na seção anterior, os anos de 1951 e 1952 foram influenciados pelo temor causado pela Guerra da Coreia, que aumentou drasticamente as importações, como pode ser observado pela Tabela, atingindo, respectivamente, os valores de 1725 e 1720 U\$ milhões. Ou seja, esses anos inflariam os anos anteriores ao Plano de Metas.

Dessa análise comparativa das médias, chega-se a conclusão que no período do Plano de Metas as importações eram superiores, anualmente, ao período anterior no valor de 57 milhões de US\$, ou seja. foram 4,8% maiores. Esse resultado é curioso, já que sempre quando se discute esse assunto, as importações sempre são citadas como de fundamental importância para o Plano. E o foram, mas a análise delas como um todo não dão essa dimensão. É necessário que se faça uma do comportamento dos agregados de sua pauta.

Tabela 20

Índices do quantum das importações por grupos principais, 1948 = 100					
	Bens Consumo Final	Combustíveis e Lubrificantes	Produtos Intermediários	Bens de Capital	Total
1950	88,3	126,7	127,8	124,7	120,1
1951	164,6	163,5	186,6	207	186,2
1952	128,4	180,8	156	236,4	179,2
1953	62,8	178,2	115,3	116,9	115,2
1954	72,1	214,4	180,1	134,7	152,7
1955	58,5	208,8	133,2	95,7	119,1
1956	58,6	216,9	127,9	84,2	114,6
1957	58,6	196	147,1	131,7	134
1958	44,6	219,2	150,5	116,2	131,3
1959	50,7	215	167,7	135,2	144,4
1960	57,2	246,2	161,1	127,4	144,6
1961	58	248,7	144,2	141,1	142,5

Fonte: Da Subst. De Import. Ao Capit. Financeiro, Conceição (dados em dólares constantes).

Tabela 21

Comparação entre as Médias do Quantum dos períodos(1953-56, 1957-61), 1948=100 e %					
	Bens Consumo Final	Combustíveis e Lubrificantes	Produtos Intermediários	Bens de Capital	Total
1953-56	63	204,575	139,125	107,875	125,4
1957-60	52,775	219,1	156,6	127,625	138,575
%	-16,2%	7,1%	12,6%	18,3%	10,5%

Fonte: Tabela 20

Nessa parte do trabalho, será analisado o comportamento dos agregados da pauta de importações. através do seu quantum, sendo que o ano base, com valor transformado em 100, é o de 1948

Numa primeira análise, observa-se pela última Tabela, que o único grupo que tem uma queda na média do quantum de importações na comparação entre os dois períodos(1953-56 e 1957-61) é o de bens de consumo, de 16,2%. Já Combustíveis e Lubrificantes aumentam em 7,1%, enquanto que os produtos Intermediários em 12,6%. Mas o grande aumento se dá no setor de Bens de Capital, com 18,3%. Ou seja, o **sistema de taxas múltiplas de câmbio foi eficiente em**

desestimular e estimular os grupos que considerava prioritários. Porém, essa análise é muito superficial, e logo em seguida será feito um estudo mais detalhado do comportamento de cada um dos grupos isoladamente.

Mas antes disso, não deve ter escapado de um observador mais atento, o fato de que a variação do Total nesse caso, das médias dos períodos comparados é igual a 10,5%. Já para os dados do Banco Central, a mesma comparação dá um valor de 4,8%. Isso é reflexo de que a análise de Conceição usa o Quantum, enquanto o Banco Central usa valores. Para vermos essa diferença, segue uma tabela, tomando nos dois casos o ano de 1950 como base.

Comparação entre Dados.

Tabela 22

	Conceição, Quantum	1950=100	BC, U\$	1950=100	BC/M.C
1950	120,1	100	-942	100	100%
1951	186,2	155	-1725	183	118%
1952	179,2	149	-1720	183	122%
1953	115,2	96	-1145	122	127%
1954	152,7	127	-1415	150	118%
1955	119,1	99	-1104	117	118%
1956	114,6	95	-1075	114	120%
1957	134	112	-1285	136	122%
1958	131,3	109	-1177	125	114%
1959	144,4	120	-1210	128	107%
1960	144,6	120	-1293	137	114%
1961	142,5	119	-1292	137	116%

Fonte: Tabela 20 e Tabela 5

Pode-se observar que os dados do Banco Central sempre se mantiveram mais elevados do que os da Conceição Tavares, demonstrando um aumento dos preços das mercadorias importadas. Dessa forma, na análise dos diversos grupos, decidiu-se por usar, para efeito de comparação com o período anterior, o Quantum e não os valores das importações.

Bens de Consumo Final

Tabela 23

Índices do quantum das importações, 1948 = 100			
	Bens Consumo Final		Total
	Duráveis	Não Duráveis	
1950	68,5	112,6	88,3
1951	164,4	164,7	164,6
1952	101	162,1	128,4
1953	21,7	113,3	62,8
1954	23,8	131,4	72,1
1955	7,7	120,8	58,5
1956	7,8	121	58,6
1957	12,5	115,3	58,6
1958	14,5	82	44,6
1959	25,2	82,1	50,7
1960	16,4	107,3	57,2
1961	9,2	117,9	58

Fonte: Tabela20

Tabela 24

Comparação entre as Médias dos períodos(1953-56, 1957-61), 1948=100 e %			
	Duráveis	Não Duráveis	Total
1953-56	15,25	121,625	63
1957-60	17,15	96,675	52,775
%	12,5%	-20,5%	-16,2%

Fonte: Tabela 20

Ao longo do período de 1948 até 1961, os bens de consumo final sofreram o processo de substituição de importações, e como já foi dito, acabou sendo o único grupo que teve uma diminuição no quantum das importações.

Na comparação entre os períodos, os bens Duráveis tiveram uma elevação de 12,5% no quantum. Porém isso advém do fato de que o primeiro período representa uma base muito pequena, mas principalmente, que essas importações já se encontravam em nível bastante reduzido, e que dificilmente poderiam ser ainda mais reduzidas.

Já os bens de consumo não Duráveis foram os que apresentaram uma grande redução, de 20,5%, em relação ao período anterior, indicando uma forte substituição de importações e acabou sendo o responsável pela redução dos bens de Consumo Final de 16,2%.

Combustíveis e Lubrificantes

Tabela: 25

Índices do quantum das importações, 1948 = 100	
Combustíveis e Lubrificantes	
1950	126,7
1951	163,5
1952	180,8
1953	178,2
1954	214,4
1955	208,8
1956	216,9
1957	196
1958	219,2
1959	215
1960	246,2
1961	248,7

Fonte:

Tabela 20

Tabela 26

Comparação entre as Médias dos períodos(1953-56, 1957-61), 1948=100 e %	
Anos	Combustíveis e Lubrificantes
1953-56	204,575
1957-60	219,1
%	7,1%

Fonte: Tabela 25

O Plano de Metas procurava intensificar o processo de transformação da anterior estrutura de transportes, herdada da fase primário-exportadora. Para conseguir tal objetivo, previa inversões na ampliação e pavimentação de rodovias, reequipamento do sistema ferroviário e melhoria dos portos.

Tabela 27

Aquisição de vagões		
Meta	Resultado	%
12000	7052	59%

Fonte: Lessa. 1975

Não obstante apresentasse metas menos ambiciosas do que o sistema rodoviário, o sistema ferroviário não conseguiu cumprir as suas integralmente, como pode-se perceber na Tabela 1. Apesar do aumento de carga transportada e de número de passageiros (21,7% e 19%, respectivamente, no período 1955/60), é mais do que evidente que o sistema rodoviário recebeu uma prioridade maior, ainda mais sob a luz da Tabela 2, onde as metas foram mais do que cumpridas.

Tabela 28

Rodovias Federais, Km			
	Meta	Resultado	
Construção	12000	12169	101%
Pavimentação	5000	7215	144%

Fonte: Lessa, 1975

Isso não foi ocasional, mas sim uma clara política de incentivo a indústria automobilística como principal fonte de meio de transporte para o Brasil. Porém, isso teve uma implicação, que foi o aumento na necessidade do consumo de Combustíveis e Lubrificantes, que durante o período de 1948 até 1961 é o grupo que relativamente mais cresce, como fica evidente pela Tabela 3.

Tabela 29

Comparação entre 1948 e 1961, Quantum de Importações, 1948=100				
Bens Consumo Final	Combustíveis e Lubrificantes	Produtos Intermediários	Bens de Capital	Total
100	100	100	100	100
58	248,7	144,2	141,1	142,5

Fonte: Tabela 20

Atenuando esse aumento de demanda, em 1954 foi criada a Petrobrás, que apresentava dois objetivos. O primeiro era eliminar a importação de combustíveis líquidos, com a instalação de um parque refinador. O segundo a prospecção de petróleo em território nacional. O Plano de Metas apresentava metas para esses dois objetivos, quais sejam, o de ampliar a capacidade de refino para 308000bb/dia até fins de 1960, e a produção interna para 100000 bb/d de petróleo.

Tabela 30

Petróleo Bruto 1000b/dia				
Discriminação	Produção nacional	Consumo nacional	prod/cons	capacidade de refino
1955	5,6	180	3,1%	108,3
1956	11,1	199,8	5,6%	108,3
1957	27,7	187,2	14,8%	108,3
1958	51,8	215,3	24,1%	108,3
1959	64,6	225,6	28,6%	108,3
1960	75,5	240,3	31,4%	218,6
1961	95,4		#DIV/0!	308,6

Fonte: Lessa, 1975

Pela Tabela 30, percebe-se que os objetivos foram praticamente cumpridos. Porém, é de se observar que no ano de 1960 a produção ainda representa apenas 31% do consumo, ou seja, a escolha da indústria automobilística como principal meio de transporte, apesar da criação da Petrobrás, que ameniza parte do efeito, foi responsável por um aumento crescente no volume de Petróleo importado, que foi culminar com a crise da década de 70.

Na minha visão, tal escolha foi um erro. Deveria ter sido investido mais recursos no setor ferroviário. Aliás, mais uma prova da não prioridade conferida ao setor, é o trecho de Lessa referente a ele – “Na verdade, tais metas(referentes ao setor ferroviário), apesar de ambiciosas, não permitiriam, se integralmente cumpridas, a correção dos desequilíbrios do setor, o que não somente demandava maiores inversões, como necessitava certas modificações da definição da política ferroviária.”. Ou seja, além de não cumpridas, as metas eram insuficientes.

Produtos Intermediários

Tabela 31

Índices do quantum das importações, 1948 = 100				
Produtos Intermediários				
	Metálicos	Não Metálicos	Partes Complementares	Subtotal
1950	156,9	137,8	81,5	127,8
1951	221,3	187,8	158,3	186,6
1952	188,7	159,9	122	156
1953	163,4	140,2	17,7	115,3
1954	319,4	181,8	73,4	180,1
1955	161,9	158,8	48	133,2
1956	144,4	149,2	62,3	127,9
1957	181,3	150,2	114,5	147,1
1958	137,3	145,4	173	150,5
1959	143,1	159,2	207	167,7
1960	173,3	179,6	105,7	161,1
1961	196	174,8	29,3	144,2

Fonte:

Tabela 20

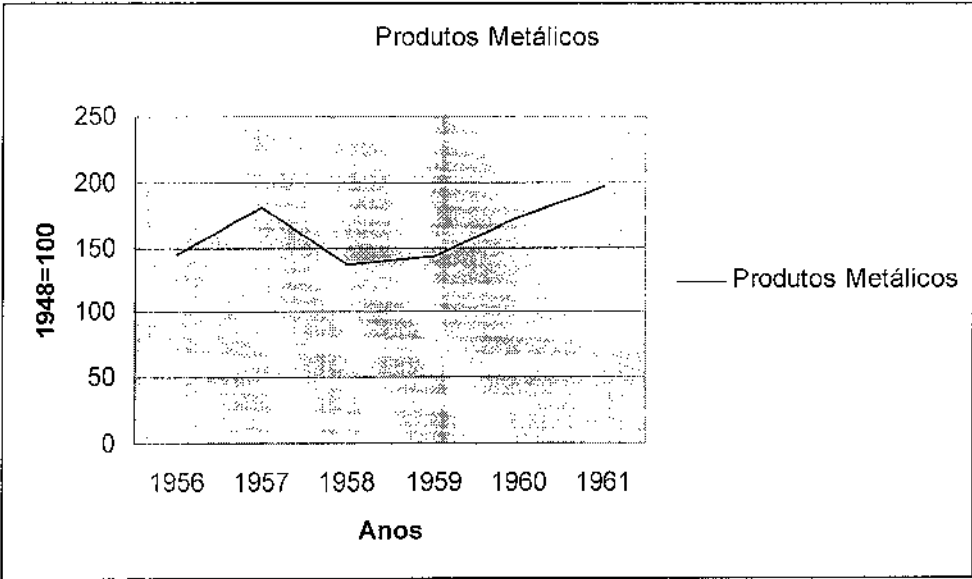
Tabela 32

Comparação entre as Médias dos períodos(1953-56, 1957-61), 1948=100 e %				
	Metálicos	Não Metálicos	Partes Complementares	Subtotal
1953-56	197,275	157,5	50,35	139,125
1957-60	158,75	158,6	150,05	156,6
%	-19,5%	0,7%	198,0%	12,6%

A análise do comportamento das importações dos produtos intermediários necessita de um pouco mais de atenção, já que uma rápida olhada nos dados comparando os dois períodos(1953-56, ante 1957-60) leva a conclusões equivocadas.

Os produtos metálicos, que acusam uma queda de 19,5%, dão a impressão de ter ocorrido uma grande queda. Mas na verdade, essa comparação é muito afetada pelo ano de 1954, quando se tem um grande volume de importações dessa categoria (Ver Tabela, cujo valor é 319,4). Retirando-se esse ano, e utilizando os outros três restantes, a comparação mostra um leve aumento de 1,4%. Ainda assim, quando se olha para o gráfico, parece inclusive haver uma tendência de aumento das importações dos metálicos, exceção feita ao ano de 1957.

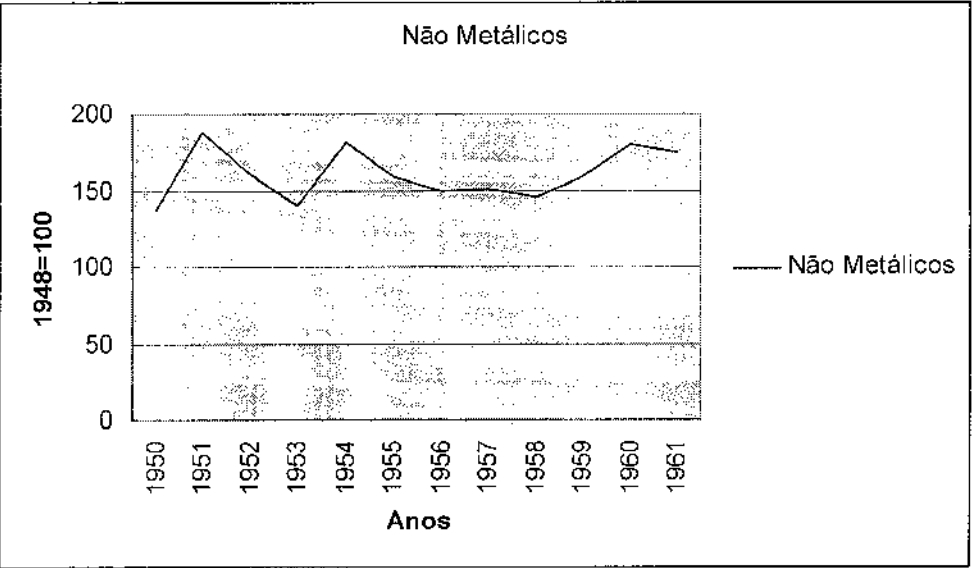
Gráfico 2



Fonte:Tabela 32

Já as importações de não Metálicos apresentaram os dados mais constantes de todos os grupos, sendo que na comparação entre os dois períodos ele mostra uma pequena elevação de apenas 0,7%. O mais curioso de seu comportamento, é que na análise do período de 1948 até 1961, a flutuação parece funcionar com grandes saltos, para no periodo seguinte voltar para o nível inicial. Até o momento de um novo salto(esses saltos ocorreram nos anos de 1951, 1954 e 1960).

Gráfico 2

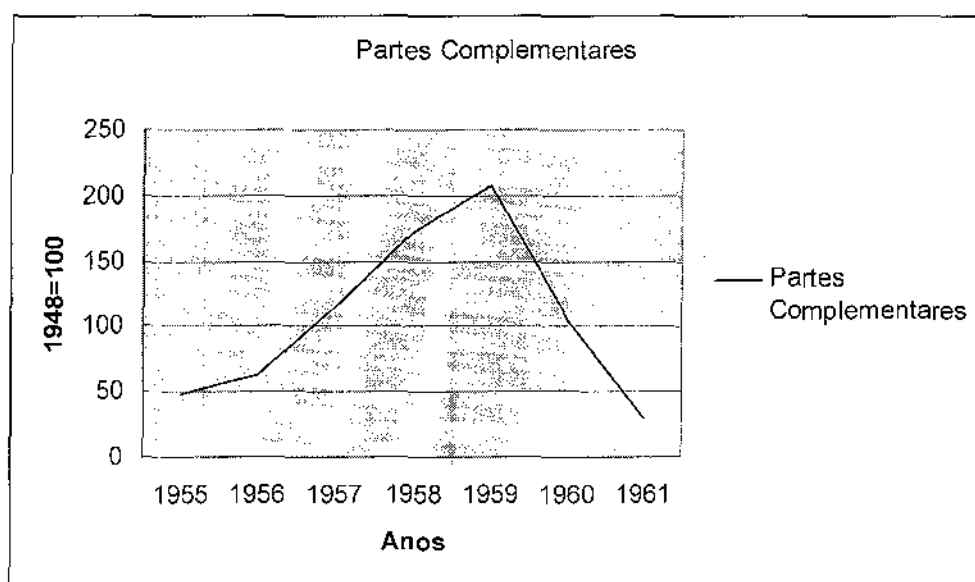


Fonte: Tabela 32

A análise das partes complementares(peças e acessórios necessários à montagem de aparelhos eletrodomésticos e as autopeças) é a que parece ter sido mais enganosa quando se utiliza a comparação das médias entre os períodos. Isso porque ela sinaliza um aumento das importações de 198% no quantum em relação ao período anterior. Para não ser injusto com esse indicador, ele tem o mérito de mostrar que no período houve uma grande importação de Partes Complementares.

Porém, ele esconde a parte mais importante, já que não demonstra a tendência. Após um grande volume de importações, parece ter ocorrido uma “quase completa” substituição de importações. já que nos dois últimos anos (1960 e 1961), elas caem drasticamente, como pode ser percebido no gráfico abaixo.

Gráfico 3



Fonte: Tabela 32

Bens de Capital

Tabela 33

Índices do quantum das importações, 1948 = 100	
	Bens de Capital
1950	124,7
1951	207
1952	236,4
1953	116,9
1954	134,7
1955	95,7
1956	84,2
1957	131,7
1958	116,2
1959	135,2
1960	127,4
1961	141,1

Fonte: Tabela 20

Tabela 34

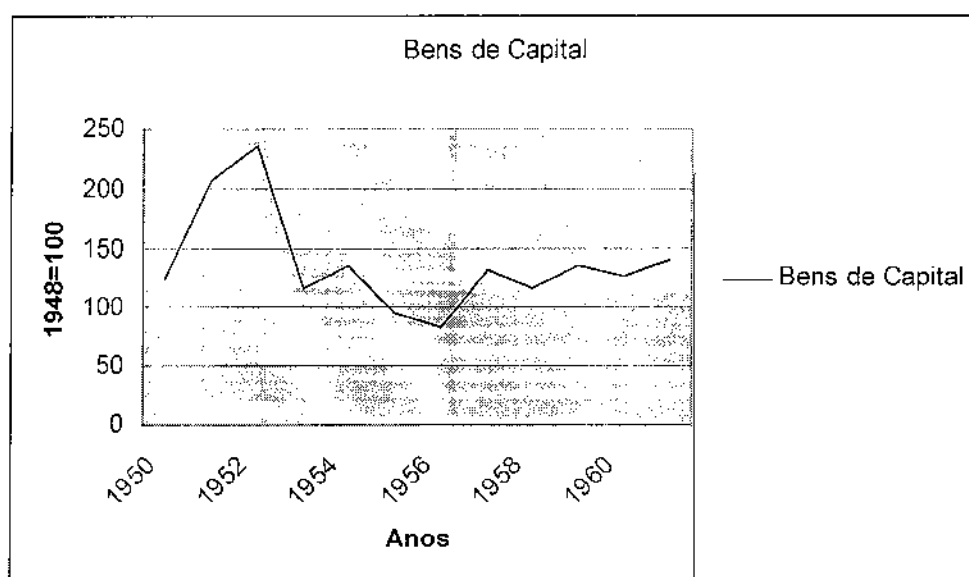
Comparação entre as Médias dos períodos(1953-56, 1957-61), 1948=100 e %	
	Bens de Capital
1953-56	107,875
1957-60	127,625
%	18,3%

Fonte: Tabela 33

Os bens de capital, quando comparados os dois períodos, foram os que mais cresceram relativamente sua participação entre os grupos, no total de 18,3% em termos de quantidade. Isso prova que as instruções 70 e 113 da Sumoc lograram êxito no objetivo de conseguir elevados índices desse tipo de importação num contexto de restrição de divisas.

É unanimidade entre todas os autores que versam sobre o tema em salientar a importância do grande volume de importações de bens de capital para o sucesso na execução do Plano, e sobretudo, na obtenção de sucessivas taxas elevadas de crescimento do PIB.

Gráfico 4



Fonte: Tabela 33

Outro período com elevada importação de Bens de Capital foi nos anos de 1951 e 52 (devido a Guerra da Coréia). Esse fato, apesar da complicação que causou no Balanço de Pagamentos(não é objetivo do trabalho discutir esse tema), é apontado por Besserman como fundamental para elevadas taxas de crescimento nesse próprio período e no imediatamente posterior.

Pode-se concluir que, nessa década, parece haver uma íntima relação entre importação de Bens de Capital e capacidade de crescimento econômico. Ou seja, pode-se dizer que o Plano de Metas teve o mérito de saber detectar um fator relevante para o crescimento, e uma forma eficiente de obter esse fator. Porém, é importante frisar que esse tipo de crescimento tem um lado extremamente negativo, que é justamente ficar dependente desse tipo de importação.

CEDOC/IE

Serviços e Rendas. Transferências Unilaterais

Tabela 35

Serviços e Rendas e Transferências Unilaterais, Milhões de U\$												
Discriminação	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Serviços e Rendas	-319	-536	-421	-393	-378	-344	-419	-393	-327	-407	-498	-389
Serviços	-209	-379	-300	-227	-243	-230	-278	-265	-219	-256	-304	-206
Transportes	-121	-245	-220	-130	-149	-133	-119	-115	-102	-87	-78	-77
Empresariais, profissionais e técnicos	0	0	0	-22	-11	-23	-63	-59	-24	-66	-114	-48
Outros	-88	-134	-80	-75	-83	-73	-96	-91	-93	-104	-112	-81
Rendas	-110	-157	-121	-166	-135	-114	-141	-128	-108	-151	-194	-183
Lucros e dividendos	-47	-70	-14	-93	-49	-43	-24	-26	-31	-25	-40	-31
Lucros reinvestidos no Brasil	-36	-67	-85	-36	-40	-36	-50	-35	-18	-34	-39	-39
Renda de outros investimentos (juros)	-27	-20	-22	-34	-48	-35	-67	-67	-58	-91	-115	-114
Transferências unilaterais correntes	-2	-2	-2	-14	-5	-10	-11	-13	-4	-10	4	15

Fonte: Tabela 20

Serviços

Tabela 36

Média Anual, Milhões de U\$	
Serviços	
1953-56	-244
1957-60	-261
Variação, %	7%
Diferença, U\$ milhões	-17

Fonte: Tabela 35

Os serviços foram deficitários em todos os anos, e esse valor aumentou em 17 milhões de dólares anualmente, representando 7%. Na análise, foram divididos em 3 grupos principais, dos quais: Transportes; Empresariais, Profissionais e Técnicos; e Outros.

Transportes

Tabela 37

Média Anual, Milhões de U\$	
Transportes	
1953-56	-133
1957-60	-96
Variação, %	-28%
Diferença, U\$ milhões	37

Tabela 38

Total de Exportações e Importações			
Milhões de U\$			
Exportação	1502	1296	-14%
Importação	-1184	-1241	5%
Soma(X-M)	2686	2538	-6%

Fonte: Tabela 20

Fonte: Tabela 20

Apesar dos Transportes manterem-se deficitários, esse valor cai em 37 milhões de dólares anualmente, representando uma significativa queda de 28%. No mesmo período, as exportações caem 14%, em quanto as importações sobem 5%. A soma das exportações com as importações, que formam o conjunto do comércio internacional, apresenta uma queda de apenas 6%.

Como os dados e a literatura sobre o assunto não são dos mais amplos, pode-se levantar duas hipóteses. Ou o Brasil conseguiu de alguma forma substituir parte desse serviço, já que o Plano de Metas instalou a Indústria Naval, ou os preços dele diminuíram.

Empresariais, profissionais e técnicos

Tabela 39

Média Anual, Milhões de U\$	
Empresariais, profissionais e técnicos	
1953-56	-30
1957-60	-66
Variação, %	120%
Diferença, U\$ milhões	-36

Fonte: Tabela 35

Tabela 40

Empresariais, profissionais e técnicos, milhões U\$											
	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
Receita	0	0	0	8	20	36	47	60	72	74	73
Despesas	0	0	0	-29	-30	-58	-110	-118	-97	-140	-186

Fonte: Tabela 35

Esse item trata da instalação/manutenção de escritórios, administrativos e aluguel de imóveis, e nunca vi nenhum autor tratar sobre o tema. Porém, não pude deixar de reparar na análise do Balanço de Pagamentos na sua forma mais desagregada, que ele representou uma elevação de 36 milhões de dólares no déficit, em relação ao período anterior, um aumento significativo de 120%.

O motivo que leva a isso é de difícil análise sem dados mais precisos, mas pode estar relacionado com a vinda de um grande número de empresas multinacionais para o Brasil no período, e um gasto para aparelhamento e início de suas atividades por aqui.

Outros

Tabela 41

Média Anual, Milhões de U\$	
Outros	
1953-56	-82
1957-60	-100
Variação, %	22%
Diferença, U\$ milhões	-18

Fonte: tabela 35

Esse item também é deficitário, e a comparação entre os períodos mostra uma deterioração de 22%, no valor de 18 milhões anualmente. Entre os principais grupos podemos citar as viagens internacionais, seguros e governamentais, evidenciados na Tabela 8.

Tabela 42

Serviços, milhões de U\$											
	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
Viagens internacionais	-3	-16	-4	-26	-14	-12	-34	-40	-26	-31	-48
Seguros	-9	-15	-12	-8	-10	-9	-8	-7	-6	-9	-7
Governamentais	-38	-39	-28	-25	-16	-12	-31	-35	-27	-23	-12

Fonte: Bacen

Destaca desse grupo o déficit em Viagens Internacionais, especialmente causado pelo item Turismo. Isso dá uma indicação de que o Brasil não tinha uma política de atração de turistas como fonte de geração de divisas.

Conta Capital e Financeira.

Tabela 43

Conta Capital e Financeira													
U\$ Milhões													
Discriminação	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	
CONTA CAPITAL E FINANCEIRA	-29	56	120	97	22	39	201	290	202	216	97	327	
Investimento estrangeiro direto	39	63	94	60	51	79	139	178	128	158	138	147	
Empréstimos e financiamentos	28	38	35	44	109	84	231	319	373	439	348	579	
Amortização	-85	-27	-33	-46	-134	-140	-187	-242	-324	-377	-417	-327	
Outros	-11	-18	24	39	-4	16	18	35	25	-4	28	-72	

Fonte: Bacen

Tabela 44

Média Anual, Milhões de U\$	
Conta Capital e Financeira	
1953-56	90
1957-60	201
Variação, %	124%
Diferença, U\$ Milhões	112

Fonte: Tabela 43

A conta capital e financeira foi fundamental para amenizar os déficits das transações correntes. O aumento da sua média anual representou uma elevação de 124 % em relação ao período anterior. Para entender melhor o fenômeno, foi desagregado em 4 grupos: Investimento Estrangeiro Direto; Empréstimos e Financiamentos; Amortização; e Outros.

Investimento Estrangeiro Direto- IDE

Tabela 45

Média Anual, Milhões de U\$	
Investimento estrangeiro direto	
1953-56	82
1957-60	151
Variação, %	83%
Diferença, U\$ Milhões	68

Fonte: Tabela 43

Num contexto de escassas fontes de financiamento, a contribuição dos fluxos internacionais era vista com otimismo pelo governo. E os IDE foram fundamentais para o funcionamento do Plano, e tiveram um significativo aumento em sua média no período, de 83%, o que significou anualmente um acréscimo médio de 68 milhões de U\$ (Tabela).

Foi de fundamental importância para esse acréscimo a instrução 113 (já discutida nesse trabalho), que permitiu a importação sem cobertura cambial. No período entre 1955 e 1960 entraram sob a forma IDE menos lucros reinvestidos um total de 608 milhões U\$, sendo 450,3 sob a referida instrução. Assim sendo, ela representou um significativo investimento. Porém, deve ser destacado que através da Instrução 113 não entravam divisas, fazendo com que os IDE contribuíssem muito pouco para a melhora da restrição cambial no período.

Empréstimos e financiamentos

Tabela 46

Média Anual, Milhões de U\$	
Empréstimos e financiamentos	
1953-56	117
1957-60	370
Variação, %	216%
Diferença, U\$ Milhões	253

Fonte: Tabela 43

Também se beneficiando da Instrução 113, os empréstimos e financiamentos crescem em média 216%, significando anualmente em média um acréscimo de 253 milhões U\$(Tabela).

Tabela 47

Empréstimos e Financiamentos por grupos						
U\$ Milhões						
	56	57	58	59	60	61
Empréstimos e financiamentos	231	319	373	439	348	579
Equipamentos	158	223	268	290	224	274
Moeda	73	72	83	126	123	195
Outros	0	24	22	23	1	110

Moeda/Emprês e Financ	32%	23%	22%	29%	35%	34%
-----------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Davidoff, 1980

Um fator que deve ser observado desse grupo é que as exigências para obtenção de financiamento externo a câmbio favorável foram relaxadas (isso explica em parte o significativo aumento), e favoreceram principalmente as empresas estatais, envolvidas em importantes projetos de infra-estrutura.

Em contrapartida à esse grande aumento de empréstimos e financiamentos, tivemos um grande aumento das amortizações.

Amortização

Tabela 48

Média Anual, Milhões de U\$	
Amortização	
1953-56	-127
1957-60	-340
Varição, %	168%
Diferença, U\$ Milhões	-213

Fonte: Tabela 43

Como pode-se perceber pela Tabela, tivemos um acréscimo de 168% em relação ao período anterior, o que significou anualmente em média 213 milhões U\$ de diferença. Pode-se atribuir essas significativas saídas a Instrução 113, por dois motivos principais. Primeiramente porque garantia um câmbio favorável (câmbio oficial, que como foi visto na parte anterior era o mais valorizado, portanto mais vantajoso) nas amortizações, tornado-as lucrativas. O segundo motivo é que eram limitados à 20% do total por ano as amortizações, ou seja, num período relativamente curto de 5 anos. Dentro desse contexto, é de se supor que as empresas deviam amortizar o mais rápido possível seus empréstimos e financiamentos (ou seja, os 20% anuais), temendo mudanças repentinas e drásticas na legislação.

Tabela 49

Empréstimos e Amortizações, saldo e comparação entre os anos						
U\$ Milhões						
	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Empréstimos e financiamentos	231	319	373	439	348	579
Amortização	-187	-242	-324	-377	-417	-327
Saldo (Empréstim. e Financ. + Amortiz.)	44	77	49	62	-69	252
Amortização (t+1)/ Emprést. e Financ(t)	-1,0476	-1,0157	-1,0107	-0,9499	-0,9397	0

Fonte: Tabela 48

Na comparação entre Empréstimos e Financiamentos com Amortizações no mesmo ano, percebe-se pela Tabela que o saldo é relativamente pequeno, exceção feita ao ano de 1961. Mas o mais curioso é a forte relação entre os Empréstimos e Financiamentos de um ano, com as Amortizações do ano seguinte. As diferenças foram sempre inferiores a 7%(vide Tabela).

Outros

Tabela 50

Média Anual, Milhões de U\$	
Outros	
1953-56	17
1957-60	21
Variação, %	22%
Diferença, U\$ Milhões	4

Fonte: Tabela 43

Tiveram pouca importância relativamente, com um acréscimo de 22% no período, ou de 4 milhões de U\$ anualmente.

Erros e Omissões

Tabela 51

ERROS E OMISSÕES												
U\$ Milhões												
Discriminação	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
ERROS E OMISSÕES	-12	147	-10	-69	11	13	16	-170	-190	-25	11	51

Fonte: Tabela 20

Tabela 52

Média Anual, Milhões de U\$	
Erros e Omissões	
1953-56	-7
1957-60	-94
Variação, %	1158%
Diferença, U\$ Milhões	-87

Fonte: 51

Chama a atenção o expressivo aumento da conta erros e omissões, o déficit médio do período 1953-56 que dava em torno de 7 milhões U\$, salta 1158 %, para 94 milhões U\$, como fica evidente pela Tabela. Os dois anos que geram esse resultado são os de 1957-58, com saídas de 170 e 190 milhões de U\$, respectivamente.

4-) Comportamento do Balanço de Pagamentos Durante o Plano de Metas.

Durante alguns séculos, o Brasil experimentou uma forma de inserção Internacional, que propiciou um certo nível de desenvolvimento e crescimento econômico. Porém, esse movimento foi qualificado de dependente, num tipo de relação, segundo Prebisch, de Centro-Periferia. Por essa teoria, os países dependentes, incluído nesse grupo o Brasil, seria responsável pela produção de matérias primas, pelas quais o país adquiria divisas e podia importar produtos manufaturados do Centro.

Como apontou Furtado, esse tipo de relação enfrentava crises de circulação de mercadorias, e seus efeitos se davam de forma assimétrica entre o Centro e a Periferia. Um período de dificuldades no Centro, causava uma diminuição de demanda de matérias primas. Dessa forma, os países periféricos encontravam problemas de solvibilidade.

Considero que o processo de industrialização e de substituição de Importações é uma forma de romper com esse tipo de relação centro-periferia. Portanto, uma maneira positiva de se obter um “novo” padrão de desenvolvimento.

Quando chegamos ao ano de 1956, início do Plano de Metas, a situação econômica interna era contraditória à externa. Internamente, apresentávamos uma economia já razoavelmente industrializada, porém, como já apontado no trabalho, ainda dependente da exportação de matérias primas, que correspondiam a mais de 90 % da pauta exportadora, para obter divisas a serem utilizadas em duas funções: o financiamento de uma rígida pauta de importações, vitais(sobretudo nos grupos de bens de capitais e combustíveis e lubrificantes) para o continuo do processo de industrialização; e de outro, a serem utilizados na já estruturalmente deficitária conta de serviços e rendas. Dessa forma, o país acabava ficando na maioria dos anos dependente do fluxo da conta de capital na tentativa de fechar suas contas, seja através de IDE, de empréstimos, ou até mesmo de operações de regularização.

Já a situação externa, como já foi apontado no trabalho, era de uma escassez de divisas para o Brasil. Pelo lado do comércio Internacional, pela queda de demanda dos produtos primários, e no fluxo de capitais pela pouca importância brasileira no contexto geopolítico da Guerra Fria. Quando digo contraditória então, quero sinalizar que o momento internacional era de baixa liquidez de divisas, enquanto o país caminhava no sentido oposto, ou seja, de maiores necessidades dessas.

O período do Plano de Metas apresenta uma mudança nessa dinâmica de comportamento do Balanço de Pagamentos.

Primeiramente, temos o quase desaparecimento do superávit da Balança Comercial. Porém, pode-se dizer que tal fenômeno não está intrinsecamente ligado ao Plano de Metas, já que, como já foi demonstrado, se da basicamente por uma queda da receita das exportações, que não obstante a elevação na quantidade vendida de café, sofre com a queda de seus preços. Vale destacar que a pequena diversificação da pauta contribui para o fenômeno, sobretudo devido a caráter majoritário dos produtos primários.

Já as importações acusam um pequeno aumento. Entretanto, na análise dos diversos grupos, importantes movimentos são verificados. Sobretudo, a grande queda no quantum importado de bens de consumo. Já os grupos que tem um quantum maior são os combustíveis e Lubrificantes, mas principalmente os bens de capital.

É a conta capital e financeira que é mais diretamente afetada pelo Plano de Metas, já que através dela entrou importante quantia de capital. Nessa parte faremos uma análise do comportamento dos Investimentos Diretos Estrangeiros e dos Empréstimos e Financiamentos, mas também da forma como afetaram outras contas.

Os IDEs foram fortemente estimulados pela Instrução 113, que permitia investimentos sem cobertura cambial. Dessa forma entrou praticamente todo o capital destinado às indústrias contempladas pelo Plano de Metas. Porém, isso gerava uma pressão de saída de divisas para um momento posterior, na forma de Lucros e Dividendos, da conta de Rendas.

Já os Empréstimos e Financiamentos também foram estimulados pela Instrução 113 e cresceram significativamente, e beneficiaram especialmente as empresas do setor público. Porém pressionavam o Balanço de Pagamentos porque deixavam para um momento posterior uma saída maior do que a entrada, já que além das Amortizações, também geravam a saída na conta de Rendas pela rubrica da Renda de outros investimentos (juros).

Já a conta de Serviços e Rendas se mantém estruturalmente deficitária, com os valores apresentando apenas uma leve elevação. Entretanto, temos importantes movimentos entre os grupos, como as quedas no valor dos grupos: de Transportes, provavelmente devido a instalação da Indústria Naval; e dos grupos de Lucros e Dividendos e Lucros Reinvestidos, corroborando a teoria que esses fluxos tendem a diminuir em momentos de forte crescimento econômico. Entretanto deve se destacar que alguns autores afirmam que partes dos lucros eram remetidos por outras contas, de forma camuflada.. Já os grupos que apresentam um aumento do déficit são: Empresariais, profissionais e técnicos, que apesar de pouca discussão sobre o assunto, ocorre de forma significativa; o dos Juros, reflexo dos elevados Empréstimos e Financiamentos (tanto da conta Capital e Financeira como das operações das operações compensatórias) contraídos no próprio período; e da conta Outros, porém com pouca importância.

O saldo do Balanço de Pagamentos acaba sendo fortemente negativo no período, forçando sobretudo as obrigações e haveres de curto prazo, que apresentavam taxas de juros mais elevadas.

Francisco de Oliveira faz duas críticas ao Plano de Metas: Primeiramente, a tentativa de fundar de golpe o D3, numa economia com o D1 muito pouco desenvolvido. Para ele, essa desproporcionalidade entre os setores restabelecia o tipo de relação centro-periferia, na qual o país exportava o estímulo à produção de bens de produção. Já a segunda crítica se refere a forma que o Brasil encontrou para solucionar a relativa inelasticidade de crescimento das exportações primárias, qual seja, o incentivo ao capital estrangeiro sob a forma de investimentos diretos e capitais de risco. Para ele, esse tipo de industrialização controlada ou financiada pelo capital estrangeiro tinha como resultado uma crise recorrente do Balanço de Pagamentos, já que não gerava divisas suficientes para fazer voltar à circulação internacional de capitais a parte do excedente que pertencia ao capital internacional.

Em relação à primeira crítica, os dados corroboram com a idéia dele. O quantum de importações dos bens de capital é o que mais cresce entre todos os grupos, caracterizando a exportação de estímulos à produção de bens de capital. Entretanto, como já foi mencionado, o esforço de industrialização é considerado por mim como benéfico, sendo a única maneira de se tentar uma *possível diversificação* da pauta exportadora, que da forma como era, em sua maioria constituída por produtos primários, acabava sendo uma forma muito frágil de financiamento da estruturalmente deficitária conta de Serviços e Rendas. Mais um detalhe deve ser levantado. Caso o Brasil optasse por uma industrialização substitutiva do D1, incorria-se o risco da evolução tecnológica, ou seja, o país não internalizava a inovação, e teria que refazer o processo de substituição sempre que uma nova forma de produzir fosse criada. Portanto, qualquer forma de Substituição de Importações no período apresentaria dificuldades. Porém, o maior erro seria não continuar com o processo de Industrialização, e me parece que seria mais fácil uma tentativa de diversificação da pauta exportadora via setor D3 do que D1.

Já a segunda crítica, referente às crises recorrentes do Balanço de Pagamentos, pelos dados obtidos, é parcialmente negada e parcialmente comprovada. Pelo lado da industrialização controlada pelo capital estrangeiro, que pode ser entendida como resultado dos IDEs, não verificamos no período uma maior remessa de lucros para o exterior, pelo contrário. Porém, alguns autores citam que haveria uma remessa camuflada. Entretanto, pela disposição de dados que temos, não é possível fazer nenhuma análise a respeito. Já em relação a industrialização financiada pelo capital estrangeiro, resultado dos Empréstimos e Financiamentos, verificamos um aumento significativo do pagamento de Juros. Porém, pelos dados disponíveis, não é possível saber se tal fenômeno se deu principalmente por causa do aumento desses empréstimos e financiamentos, ou se foi pelo aumento das operações compensatórias dos déficits globais do Balanço de Pagamentos, que

eram na maioria operações de curto prazo, e, segundo alguns autores como Davidoff, de juros mais elevados. Entretanto, me parece que o aumento do pagamento de juros se deu principalmente pelo segundo motivo.

Portanto, atribuir à maior participação do capital estrangeiro uma deterioração do Balanço de Pagamentos no período, não me parece a tese mais correta. Dois fatores principais podem explicar o ocorrido. Primeiramente, não se levou em consideração o momento histórico de dificuldade de geração de divisas, seja através de exportações ou por empréstimos oficiais.

O segundo motivo pode ser explicado pelo RITMO intentado de industrialização, que foi muito bem expresso pelo slogan “cinquenta anos em cinco”. Ao tentar acelerar o processo de crescimento econômico, tivemos vários efeitos colaterais (um dos mais visíveis foi a inflação, porém tal tema já foi muito bem tratado por Lessa). Caso se optasse por um ritmo menor, indubitavelmente poderíamos ter tido um volume menor de importações e de Empréstimos. Isso diminuiria os déficits do BP, o que melhoraria as condições de negociação com os credores internacionais e diminuiria a necessidade de contrair “swaps”, que eram extremamente onerosos.

Finalmente, se levarmos os dois fatores, conjuntamente, em consideração, quais sejam, mesmo numa situação de escassez de divisas levar adiante um projeto econômico que necessariamente significaria um esforço do Balanço de Pagamentos, fica evidente que Lessa tem razão ao afirmar que o Balanço de Pagamentos desempenhou papel subordinado aos objetivos de industrialização do Plano de Metas.

Tal forma de tratar o Balanço de Pagamentos me pareceu um erro. Entretanto, devemos salientar que muitos autores ressaltam a importância do Plano em promover essa industrialização de um golpe só, afinal a complementaridade das novas indústrias era apontada como fundamental para a consolidação do projeto. Porém, apesar de ter atingido praticamente todas as metas de industrialização que almejava, a deterioração do BP e a forma de compensar seus déficits foi uma das causas, não a única obviamente, que levou o país a apresentar taxas de crescimento do PIB no momento seguinte (como fica evidente pela Tabela) muito baixas, comparados ao momento anterior.

Tabela 53

Crescimento anual médio do PIB	
1957-60	9,4%
1962/65	3,2%

Fonte: A Ordem do Progresso, 1990.

Isso suscita uma questão muito interessante, e que pode gerar um trabalho muito maior que o almejado por este, que é em relação aos ciclos econômicos. Seria possível diminuir o ritmo de crescimento econômico e comprometer a referida complementaridade das indústrias? Ou isso não

geraria nem uma situação de maior “folga” ao BP, e nem crescimento ao mesmo tempo. Ou seja, seria melhor buscar crescimentos aos saltos, ou um crescimento sustentável ao longo do tempo?

Porém, o que não pode deixar de ser frisado para finalizar, é que no período compreendido pelo Plano de Metas, tivemos importantes movimentos que vieram a influenciar profundamente o Balanço de Pagamentos para os períodos seguintes. Positivamente, podemos citar o importante movimento de industrialização que veio a permitir que em momentos posteriores o país pudesse obter uma pauta de exportação mais diversificada. Negativamente, esse mesmo processo levou à uma maior dependência da importação de bens de capital, mas também ao aumento da necessidade de divisas para satisfazer duas outras fontes, que vieram a estrangular muito o BP em anos posteriores. A maior necessidade da importação de petróleo, e o aumento do pagamento de juros.

BIBLIOGRAFIA

NIEMEYER, L.M.- Dívida Externa Brasileira nos anos 90 em uma Perspectiva Histórica. Educ. 2003

DIB, M.F.S.P.- Importações Brasileiras: Políticas de Controle e Determinantes da Demanda. BNDES. 1985

TAVARES, MC- Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Zahar Editores. 1973

STEPHANY GRIFFITH-JONES- o Fim de uma Ilusão. Editora Brasiliense. 1990.

DELFIN, A.N. e PINTO, C.A.A. In “Formação Econômica do Brasil”,Org. Versiani, F.R.. Editora Saraiva. 1977

CRUZ, P.R.D.C- Ignácio Rangel, Um Pioneiro. Tese de Mestrado. IE/Unicamp. 1980

CERQUEIRA, B.S.- As Idéias da Cepal sobre Protecionismo na América Latina. Tese de Mestrado. IE/Unicamp. 1999;

VIANNA, B.S.- Duas Tentativas de Estabilização: 1951-54. In “ A Ordem do Progresso”. Org. ABREU, MP. Ed Campus.1990.

LESSA, C.- Quinze Anos de Política Econômica. Ed. Brasiliense. 1975